



FATORES DE SUCESSO EM CANDIDATURAS COLETIVAS DE MULHERES

Brenda Gonçalves Andujas¹

Resumo

O artigo teve como objetivo realizar uma análise do desempenho das candidaturas coletivas de mulheres em comparação aos candidatos lançados pelos mesmos partidos políticos nas três capitais da Região Sul do Brasil na eleição de 2020. Para isso, foi realizada a análise do perfil socioeconômico dos candidatos lançados pelo PT, PCdoB e PSOL, que foram os partidos que lançaram as candidaturas coletivas nestas capitais na eleição municipal de 2020, bem como os recursos financeiros disponíveis para campanha destes atores políticos e trajetória política e partidária dos vereadores eleitos nestes partidos. Vimos que as candidaturas coletivas de mulheres podem ser vistas como uma tentativa de ocupação dos espaços de poder, aumentando a representação das mulheres na política institucional, fortalecendo as candidaturas coletivas por meio da união das co-candidatas que vem de diferentes lugares, movimentos e coletivos.

Palavras-chave

Candidaturas coletivas de mulheres;
Desempenho eleitoral;
campanha política;
Capital político;
Representação política das mulheres.

SUCCESS FACTORS IN COLLECTIVE WOMEN'S CANDIDACIES

Abstract

The article aimed to perform an analysis of the performance of the collective candidacies of women in comparison to the candidates launched by the same political parties in the three capitals of the Southern Region of Brazil in the 2020 election. by PT, PCdoB and PSOL, which were the parties that launched the collective candidacies in these capitals in the 2020 municipal election, as well as the financial resources available for the campaign of these political actors and the political and partisan trajectory of the councilors elected in these parties. We saw that women's collective candidacies can be seen as an attempt to occupy spaces of power, increasing women's representation in institutional politics, strengthening collective candidacies through the union of co-candidates who come from different places, movements and collectives.

Keywords

*Collective candidacies of women;
Electoral performance;
political campaign;
Political capital;
Political representation of women.*

¹ Mestra em Sociologia e Ciência Política e doutoranda em Sociologia e Ciência Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: brendaandujas@gmail.com.

Introdução

A partir da compilação das informações apresentadas por Secchi *et al.* (2020) e INESC (2020), e da busca própria na Internet e plataformas de mídias sociais de novos mandatos, o estudo de Almeida e Lüchmann (2021) apontou que das 311 candidaturas coletivas mapeadas, 30 foram eleitas, o que representa um relativo sucesso eleitoral (quase 10%), próximo à taxa de sucesso eleitoral de todas as candidaturas a vereadores no país (11,2%). Entre as demais candidaturas coletivas que não obtiveram êxito, 133 ficaram na posição de suplentes (42,8%). O perfil das candidaturas coletivas ao legislativo contou com 146 mulheres (47%), alcançando a paridade de gênero se compararmos com todas as candidaturas 2020, onde 34,6% eram mulheres e 65,4% de homens.

O estudo também mostra que o PSOL liderou a corrida de candidaturas coletivas a vereadores no país, com 115 candidaturas (37%), seguido pelo PT com 65 (20.9%), e pelo PCdoB, com 31 (10%). Apesar do maior número de candidaturas coletivas do PSOL, o partido elegeu 10 vereadores o mesmo número que o PT. O PCdoB elegeu dois mandatos coletivos, e oito partidos, de centro à direita², apresentaram uma média de uma candidatura coletiva eleita. Partidos de centro, centro-direita e direita (Scheeffler, 2018)³ representam, no conjunto, 18.3% das candidaturas. Também é importante ressaltar que 10 partidos⁴ não registraram nenhuma candidatura coletiva que pudesse ter sido identificada no banco de dados do TSE, em sua maioria partidos de direita.

Além disso, o perfil das/os eleitas/os pelas candidaturas coletivas é mais plural, mesmo considerando apenas o perfil da/o porta-voz. Em relação ao perfil de todas/os vereadoras/es eleitas/os em 2020, apenas 16% das vagas foram preenchidas por mulheres, enquanto 84% ficaram com os homens. Das eleitas por mandatos coletivos, em 18 casos (60%) as porta-vozes são mulheres, e 12 são homens (40%). Em relação as candidatas individuais eleitas, a maioria das mulheres eleitas é branca (53,2%), seguida pelas mulheres pardas (39,1%) e, com percentual bem menor, de mulheres pretas (6,0%) - a exceção é o PSOL, que elegeu 31.4% de mulheres pretas.

Na eleição de 2018, a presença de mulheres passou de 10% para 15% na Câmara dos Deputados, o que parece ser resultado em parte da mudança na lei de financiamento para essas candidaturas⁵. Em 2020, começou-se a exigir cota de financiamento para candidaturas não brancas⁶. Essa mudança parece não ter afetado o perfil das chamadas candidaturas competitivas, que representam apenas

² Os partidos foram: Rede, PV, PSDB, PP, Podemos e Cidadania.

³ A esquerda é composta por PCO, PSTU, PSOL, PCB, UP; a Centro-esquerda por PCdoB, PT, PSB, PDT, PROS, PV; o Centro por AVANTE, PSDB, MDB, Cidadania, REDE, PMN, PTB, SD, PMB; a Centro-direita: PTC, PODEMOS, Republicanos, PSC, PRTB, DC, PL, Patriota, PSD, e a Direita: PP, DEM, PSL, NOVO. SCHEEFFLER, F. Esquerda e direita hoje: uma análise das votações na Câmara dos Deputados. Curitiba: *Appris*, 2018

⁴ São eles: DC, NOVO, PCO, PMB, PRTB, PSC, PSTU, PTB, PTC, REPUBLICANOS.

⁵ Em 2018, o Supremo Tribunal determinou que os partidos destinassem o percentual mínimo de 30% dos recursos do fundo partidário a candidaturas de mulheres.

⁶ Em setembro de 2019, o Plenário do TSE estabeleceu que a distribuição do Fundo Eleitoral deve ser proporcional ao total de candidatos negros que o partido apresentar para a disputa eleitoral.

entre 20% e 30% de todas/os as/os candidatas/os apresentados nos pleitos para o legislativo municipal e federal, que tendem a privilegiar candidaturas brancas sobre as não brancas no acesso aos recursos. Vários fatores explicam essas dificuldades na representação, os quais podem ser definidos por causas internas e externas ao sistema eleitoral (Campos; Machado, 2020).

Nesse sentido, segundo Matos e Simões (2018), a quarta onda do feminismo tem a interseccionalidade⁷ como um de seus destaques na compreensão dos sujeitos e dos repertórios discursivos, e na criação de novos mecanismos, como a criação de novos espaços e repertórios de ação, como, por exemplo, o surgimento de estratégias de resistência por meio do que tem sido chamado de “ocupação da política”, em que um número crescente de mulheres negras tem optado por concorrer às vagas no Legislativo. Um elemento de destaque, neste processo, foi o assassinato da vereadora Marielle Franco⁸, trazendo maior visibilidade às reivindicações de feministas negras por uma maior participação na política institucional, utilizando como principal expressão “eu sou porque nós somos” transformando assim, Marielle Franco em símbolo de luta (Rodrigues; Freitas, 2021).

Além disso, ao considerarmos o sistema eleitoral e partidário brasileiro de representação proporcional com lista aberta, que poderia beneficiar as mulheres mais que um sistema misto ou majoritário, vemos que o mesmo leva à maior concorrência partidária, estimulando o caráter individualista das campanhas eleitorais que prejudicam as candidatas mulheres dentro dos seus partidos políticos, que assim, precisam ampliar seu capital político para garantir o sucesso nas urnas. Aliás, o capital político-econômico, familiar, social - são fatores determinantes para o desempenho eleitoral para as/os candidatas/os, em um sistema de campanha personalista e individualista, questão que busca ser resolvida por meio da estratégia política das candidaturas coletivas de mulheres.

Assim, o artigo analisa o desempenho eleitoral, em relação ao capital político das co-vereadoras das seis candidaturas coletivas de mulheres nas três capitais da região Sul, quais foram: *Mandata Coletiva das Pretas-PT/PR*; *Somos Juntas PSOL/PR*; *Coletiva Bem Viver PSOL/PR*; *Mulheres pela Educação PT/PR*; *Cuca Congo PCdoB/RS* e *Nós, Mandato Coletivo PSOL/RS*, em comparação as candidatas eleitas dentro dos seus partidos, que foram o PT e o PSOL, em Curitiba e Florianópolis, e também o PCdoB em Porto Alegre.

Para isso, foi realizado o mapeamento dos capitais das candidaturas coletivas de mulheres em comparação as demais candidaturas lançadas pelos seus partidos políticos, por meio da análise do perfil socioeconômico e dos recursos financeiros disponíveis para campanha, bem como a participação política de cada uma em

⁷ Eixos de opressão que definem a experiência de vida.

⁸ “Marielle Francisco da Silva, mais conhecida como Marielle Fraco, foi uma vereadora do Rio de Janeiro assassinada aos 38 anos de idade em uma emboscada no centro da capital fluminense no dia 14 de março de 2018. Socióloga e ativista dos direitos humanos, foi presidente da comissão da Mulher na Câmara do Rio e integrava a comissão que investigava abusos das Forças Armadas e da polícia durante a intervenção federal na área da Segurança Pública do Estado.” Disponível em: <https://tudo-sobre.estado.com.br/marielle-franco> acesso out.2021

coletivos e movimentos sociais, e a trajetória política de cada uma, considerando o número de candidaturas anteriores e sua atuação partidária.

A pesquisa utilizou dados qualitativos e quantitativos para analisar a campanha eleitoral das candidaturas coletivas de mulheres nas capitais da Região Sul em 2020. Os dados quantitativos são aqueles que são disponibilizados pelo TRE e TSE, referentes as prestações de conta da campanha, incluindo as fontes de financiamento eleitoral, o número proporcional de votos o das candidaturas coletivas e individuais de mulheres lançadas pelo PT, PSOL e PCdoB, que foram os partidos políticos que lançaram essas candidaturas em Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre, e de todas as demais vereadoras eleitas pelos outros partidos nas três capitais da Região Sul. Além disso foi realizado entrevistas semiestruturadas com as co-candidatas das candidaturas coletivas de mulheres e com vereadoras eleitas lançadas pelo PT, PSOL e PCdoB. E aplicado questionários para o mapeamento do perfil socioeconômico da trajetória política das candidatas mulheres.

Capital político - familiar, econômico, social e cultural

De acordo com a literatura, os diferentes tipos de capital - familiar, econômico, social e político - são importantes ferramentas para alcançar o sucesso eleitoral. Para Bourdieu (2011), no campo político existem lutas simbólicas nas quais os adversários dispõem de capitais e poderes simbólicos desiguais. O poder político trata-se de um capital de reputação, ligado à notoriedade, ao fato de ser conhecido e reconhecido. Dessa forma, capital político poderia ser definido como uma espécie de capital de reputação, um capital simbólico ligado à maneira de ser conhecido.

E o capital social entendido como conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns, mas também são unidos por ligações permanentes e úteis (Bourdieu, 1998).

Segundo Bourdieu (1990), as representações dos agentes variam segundo sua posição e segundo seus *habitus*, entendido como meios de percepção, que cada indivíduo adquire de acordo com sua posição social. O *habitus* é ao mesmo tempo um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação de práticas. As lutas simbólicas, tanto as lutas individuais da existência cotidiana como as lutas coletivas e organizadas da vida política, tem uma lógica política que reivindica uma certa autonomia em relação às estruturas determinantes. Sendo assim, o capital simbólico seria derivado do capital econômico e cultural, quando este se torna conhecido e reconhecido no espaço social.

Portanto, o poder simbólico que está principalmente no poder em fazer grupos, seria baseado em duas condições: impor ao outros uma ideologia social depende da autoridade social adquirida em experiências anteriores e ter o poder destinado àqueles que foram reconhecidos como p porta-voz autorizado pelo grupo o poder de comandá-lo.

Nesse sentido, o capital político de um candidato dependeria primeiramente do peso político de seu partido e do peso que cada candidato possui dentro da organização partidária. Como toda forma de capital, o capital político está desigualmente distribuído na sociedade. Na base da pirâmide, temos as/os eleitoras/es comuns, que podem apenas optar por uma entre as alternativas propostas, sem praticamente nenhuma voz ativa na vida política; no topo, os líderes que são os autores das alternativas em jogo e que são reconhecidos como representantes dos diversos segmentos sociais (Miguel, 2003).

O capital familiar é um tipo de capital político, e que opera pela convivência cotidiana com as transações da política, facilitando as redes de compromissos e lealdade e para a formação de clãs políticos. Além disso, a vinculação a uma família política tende a vir associada ao capital econômico e ao capital midiático. Portanto, a presença de capital familiar é um diferencial positivo na definição da candidatura, pois o capital político transferido de familiares, que pertencem ao campo político, pode alavancar candidaturas de mulheres. Como para os homens outras formas de entrada são mais acessíveis, o peso do capital familiar não é tão importante.

O recrutamento familiar de lideranças políticas representa um contingente expressivo para as candidatas/as a cargos políticos, que costumam se apoiar exclusivamente nas redes geradas pelas relações de parentesco combinando, em diferentes graus, com a militância em movimentos sociais ou a visibilidade midiática, o que faz com que o peso do capital familiar seja diferente, de acordo com a trajetória de cada um (Miguel, Marques, Machado, 2015).

Além do capital político, Bourdieu (1986) também considera que o capital social é distribuído de forma desigual entre pessoas que têm diferentes recursos socioeconômicos e culturais. O acesso aos recursos do capital social e a sua natureza seriam estruturalmente influenciados pela posição social dos indivíduos, assim como grupos em posições de poder podem fazer uso do seu capital social para excluírem outros grupos. Ou seja, o capital social pode ser um recurso também utilizado para a exclusão.

Para Álvares (2008), a estrutura do recrutamento de candidaturas demonstra que a escolha de candidatas/os é um importante estágio da disputa eleitoral, apresentando fatores institucionais (elegibilidade), partidários (filiação) e pessoais (motivação); que ocorrem dentro dos partidos, evidenciando a natureza de centralização/descentralização interna desta organização. Existe uma seleção de nomes avaliados pelas lideranças (demanda) e pela própria candidatura (oferta). Nessa interação entre oferta e demanda de nomes, ocorrem obstáculos à entrada das mulheres na competição por conta da contenção de recursos pessoais, enfraquecendo a motivação para concorrer (experiência política), além da avaliação do partido às candidatas/os com mais qualificação e força eleitoral.

Esses fatores costumam definir as oportunidades das mulheres pretendentes aos cargos parlamentares contidas nas regras dos sistemas eleitoral e partidário que determinam as barreiras, além de custos e benefícios das candidatas. Portanto, o recrutamento seria influenciado por fatores individuais que têm funções específicas internas nos processos de oferta e de demanda da corrida eleitoral. Nesse contexto,

os fatores motivacionais (impulso, ambição e interesse) e o capital político (recursos que trazem para o processo, como tempo, dinheiro, experiência, conexão política) são os principais determinantes na competição eleitoral.

Portanto, o processo de recrutamento considera o contexto social no qual a/o candidata/o está inserida/o, ao condicionar sua ambição política e os recursos disponíveis para a construção de sua carreira, definindo quais são as/os candidatas/os competitivas/os para fazer uma carreira política. Logo, o sistema eleitoral contribui para indicar quais características contarão como atraentes, levando em conta os mandatos eletivos já cumpridos, a visibilidade na comunidade, as posições de liderança em organizações sociais e a ocupação de cargos públicos, que tendem a favorecer mais os homens do que as mulheres, demonstrando que a desigualdade na participação está presente no primeiro passo do recrutamento de candidatas/os pelos partidos políticos (Miguel; Marques; Machado, 2015).

Desempenho eleitoral das candidaturas individuais e coletivas de mulheres do PT, PSOL e PCdoB nas capitais da região sul

Financiamento eleitoral

As campanhas eleitorais dependem fortemente de recursos financeiros. Sem recursos financeiros torna-se difícil para as/os candidatas/os realizarem suas atividades de campanha. Nesse sentido, recursos financeiros viabilizam as candidaturas e aumentam as chances de sucesso nas urnas. Há, conseqüentemente, uma forte correlação entre o financiamento eleitoral e o desempenho da/os candidatas/os (Samuels, 2001; Peixoto, 2009; Speck; 2005).

Além disso, os partidos discriminam as mulheres na distribuição de recursos do fundo partidário, contribuindo, portanto, para acentuar as desvantagens de doação de financiamento que elas têm em relação aos homens a partir de outras fontes, como se fosse um subfinanciamento das campanhas das mulheres em relação às campanhas dos homens. Tendo isso em vista, para compreendermos as dificuldades de acesso das mulheres no poder legislativo é preciso verificar o perfil socioeconômico das/os aspirantes a cargos políticos e como isso afetaria as mulheres em termos objetivos, subjetivos e socioeconômicos, que operam para obstaculizar ou estimular o acesso das mulheres às esferas decisórias (Araújo, 2001).

Os candidatos eleitos em 2022 foram os vereadores Carol Dartora, Professora Josete e Renato Freitas. A candidata Ana Julia-PT teve o maior financiamento eleitoral, oriundo principalmente de doação de pessoas físicas, algo em incomum entre os demais candidatos que tiveram seu financiamento eleitoral composto principalmente por doação do partido. A vereadora Carol Dartora-PT foi a mulher mais votada na eleição de 2020 e a primeira vereadora negra eleita em Curitiba, porém devido ao grande número de votos recebidos, obteve o segundo valor do voto mais baixo entre as candidatas do partido.

Para Carol Dartora (setembro, 2021), o partido é perpassado pelas mesmas desigualdades de raça e gênero. Mesmo com toda a participação política em sindicato, movimentos e atuação partidária, seu nome era novo para o partido. Para

ela, as candidaturas negras não costumam ser priorizadas, pois não são vistas como candidaturas viáveis para o partido, como também pode ser observado pelo baixo financiamento do vereador eleito Renato Freitas, que é homem negro. A *Mandata Coletiva das Pretas-PT* foi a nona candidatura na distribuição de recursos, em relação aos candidatos lançados pelo partido em Curitiba, mesmo assim, alcançou o sexto lugar na lista partidária dos candidatos lançados pelo PT em Curitiba, sendo a segunda suplente do partido.

Tabela 1: Valor do voto dos candidatos do PT em Curitiba

	Candidatas - PT	Sexo	Votos	Financiamento	Valor do voto
1º	Carol Dartora	F	8.874	R\$ 45.894,00	R\$ 5,17
2º	Professora Josete	F	5.856	R\$ 77.199,28	R\$ 13,18
3º	Renato Freitas	M	5.097	R\$ 14.466,00	R\$ 2,84
4º	Ana Julia	F	4.538	R\$ 119.913,16	R\$ 26,42
5º	Angelo Vanhoni	M	4.034	R\$ 89.116,00	R\$ 22,09
6º	<i>Mandata Coletiva das Pretas</i>	F	3.582	R\$ 40.500,99	R\$ 11,31
7º	Vanda Assis	F	2.705	R\$ 35.625,31	R\$ 13,17
8º	Salete Bez	F	2.314	R\$ 51.189,00	R\$ 22,12
9º	Pedro Paulo	M	1.065	R\$ 14.466,00	R\$ 13,58
10º	Anaterra	F	967	R\$ 49.404,00	R\$ 51,09
11º	Magal	M	601	R\$ 16.266,00	R\$ 27,06
12º	Gilmar Quintilhano	M	573	R\$ 28.516,00	R\$ 49,77
13º	Ricardo Marinho	M	552	R\$ 14.466,00	R\$ 26,21
14º	Jornalista Jorge Yared	M	551	R\$ 18.236,00	R\$ 33,10
15º	Professor Osvaldo Araújo	M	543	R\$ 14.466,00	R\$ 26,64
16º	Regina Cruz	F	503	R\$ 43.942,00	R\$ 87,36
17º	Gerson Vieira	M	300	R\$ 33.626,00	R\$ 112,09
18º	Moises assistente social	M	280	R\$ 14.766,00	R\$ 52,74
19º	Marcus Vinicius Franco	M	207	R\$ 15.466,00	R\$ 74,71
20º	Ivan Carlos Pinheiro	M	196	R\$ 18.336,00	R\$ 93,55
21º	Chemin	M	139	R\$ 85.266,99	R\$ 613,43
22º	Luiz Fernando	M	105	R\$ 16.666,00	R\$ 158,72
23º	Jane da Vigília Lula Livre	F	93	R\$ 15.786,00	R\$ 169,74
24º	Aloiso Xavier	M	60	R\$ 7.316,00	R\$ 121,93
25º	José da Oucpação	M	57	R\$ 17.456,00	R\$ 306,25
26º	Ronaldo Boiko	M	48	0	-
27º	Professor Galino	M	8	R\$ 14.466,00	-

Fonte: Elaboração própria com dados do TSE (2022)

A Candidatura coletiva *Somos Juntas-PSOL*, formada por três mulheres, recebeu a maior quantidade de recursos do partido, uma vez que a professora Ângela, representante da candidatura, já havia sido candidata como vereadora em 2016 e obteve uma votação bem expressiva por ser a sua primeira experiência. Em 2020, a candidatura coletiva *Somos Juntas-PSOL* só não foi eleita porque o partido não atingiu o quociente mínimo. A segunda candidatura mais votada foi o Mandato Coletivo Ekoa que tinha como principal bandeira o ambientalismo, e foi um coletivo formado por 6 co-candidatos, tendo uma votação expressiva pelo baixo

financiamento. A terceira colocada também recebeu uma boa votação de acordo com a quantidade de financiamento. Os demais candidatos que tiveram um maior financiamento tiveram uma votação pífia e um alto valor para cada voto, como pode ser observado na tabela abaixo, seguido do mandato coletivo Ekoa e teve uma boa votação proporcional ao financiamento recebido.

Tabela 2: Valor do voto dos candidatos do PSOL em Curitiba

	Candidatas - PSOL	Sexo	Votos	Financiamento	Valor do voto
1º	<i>Somos juntas</i>	F	3.035	R\$ 96.658,47	R\$ 31,85
2º	Mandato Coletivo Ekoa	M	2.303	R\$ 19.207,55	R\$ 8,34
3º	Isis Família Passos	F	1.391	R\$ 14.793,90	R\$ 10,64
4º	Rodrigo Tomazini	M	970	R\$ 15.952,06	R\$ 16,45
5º	Ana Mira	F	788	R\$ 13.270,90	R\$ 16,84
6º	E se Curitiba fosse nossa?	F	711	R\$ 9.823,25	R\$ 13,82
7º	Telma Mello	F	556	R\$ 14.110,00	R\$ 25,38
8º	Claudino	M	321	R\$ 25.736,03	R\$ 80,17
9º	Jean Henrique	M	265	R\$ 10.373,21	R\$ 39,14
10º	Lucas	M	206	R\$ 4.386,27	R\$ 21,29
11º	Thiago Pink	M	164	R\$ 12.582,54	R\$ 76,72
12º	Douglas	M	162	R\$ 90.842,58	R\$ 560,76
13º	Ângela Afonsina	F	157	R\$ 4.965,90	R\$ 31,63
14º	Maria da Comunidade	F	125	R\$ 3.675,83	R\$ 29,41
15º	Claudia Kazubek	F	99	R\$ 5.849,30	R\$ 59,08
16º	Guigo	M	50	R\$ 60.385,79	R\$ 1.207,72

Fonte: Elaboração própria com dados do TSE (2022)

Em Florianópolis, a vereadora com a maior quantidade de recursos disponíveis foi Tânia Ramos-PSOL, mulher negra, e a candidata mais experiente do partido, por estar disputando sua 6ª campanha eleitoral e também Elaine Sallas que se autodeclarou como preta e receberam um financiamento maior do que o vereador Marcos José Abreu, que foi o mais votado em Florianópolis. E o vereador Afrânio Boppré que foi o segundo mais votado do partido, ficou em 6º lugar na lista de financiamento partidário.

A *Coletiva Bem Viver-PSOL* não foi a candidatura com o maior recurso financeiro disponível, sendo a oitava candidatura da lista partidária de financiamento, mesmo assim conseguiu um melhor desempenho eleitoral entre as candidatas femininas lançadas pelo partido, sendo a única eleita. Porém, a votação foi bem acirrada entre os primeiros suplentes do partido, o que favoreceu a votação geral da chapa e permitiu a eleição de três vereadores pelo PSOL em Florianópolis.

No PT, a vereadora eleita Carla Ayres-PT foi a candidata que recebeu a maior quantidade de recursos financeiros para a campanha eleitoral em 2020, sendo a maior parte oriunda do partido. A candidatura coletiva *Mulheres pela Educação-PT* foi a terceira candidatura com maior quantidade de recursos, embora tenha recebido menos da metade da quantidade de recursos destinados a primeira candidata, ficando a primeira suplência. Em seguida, ficou mandato coletivo de *Batieri - Coletivo da Saúde*, composta por 6 profissionais da saúde, e ficou com a segunda suplência do partido. O que mostra a força das candidaturas coletivas do partido, que teve uma terceira candidatura coletiva *Várias Vozes* que tinha como principal bandeira a juventude, sendo composta por 6 estudantes.

Tabela 3: Valor de voto dos candidatos do PSOL em Florianópolis

	Candidatos	Sexo	Votos	Financeiro	Valor do voto
1º	Marcos José Abreu	M	5.858	R\$ 63.561,50	R\$ 10,85
2º	Afrânio Boppré	M	2.961	R\$ 57.678,49	R\$ 19,48
3º	<i>Coletiva Bem Viver</i>	F	1.660	R\$ 44.060,76	R\$ 26,54
4º	Tânia Ramos	F	1.581	R\$ 79.584,37	R\$ 50,34
5º	Pedro Cabral	M	1.498	R\$ 38.145,00	R\$ 25,46
6º	Leonel Camasão	M	1.476	R\$ 48.842,05	R\$ 33,09
7º	Elaine Sallas	F	1.061	R\$ 68.500,61	R\$ 64,56
8º	Mauricio Mulinari	M	917	R\$ 28.812,00	R\$ 31,42
9º	Rubia Sagaz	F	750	R\$ 57.456,26	R\$ 76,61
10º	Professor Josemir	M	741	R\$ 22.150,00	R\$ 29,89
11º	Valter Costa	M	507	R\$ 15.325,87	R\$ 30,23
12º	Victor Gaspodini	M	259	R\$ 15.693,68	R\$ 60,59
13º	Nati Bittencourt	F	237	R\$ 39.930,21	R\$ 168,48
14º	Raphael Knabben	M	177	R\$ 10.555,16	R\$ 59,63
15º	Patricio Cruz	M	175	R\$ 10.555,16	R\$ 60,32
16º	Dago Rita	M	167	R\$ 21.300,00	R\$ 127,54
17º	Anderson	M	152	R\$ 4.949,26	R\$ 32,56
18º	Claudinha	F	94	R\$ 59.598,50	R\$ 634,03
19º	Janice	F	91	R\$ 39.919,76	R\$ 438,68
20º	Vini Lanças	M	74	R\$ 6.874,55	R\$ 92,90
21º	Arnaldo Napoli	M	74	R\$ 4.615,26	R\$ 62,37
22º	Maycon	M	62	R\$ 9.925,87	R\$ 160,09
23º	Wladimir Crippa	M	29	R\$ 6.874,55	R\$ 237,05

Fonte: Elaboração própria com dados do TSE (2022)

Da mesma forma que a *Coletiva Bem viver-PSOL*, a candidatura coletiva das *Mulheres pela Educação-PT* teve o menor valor proporcional para cada voto. Dados que mostram a importância do capital econômico que pode ser medido com a quantidade de recursos financeiros de campanha no desempenho das candidatas. A candidatura Coletiva pela Saúde, que teve Batieri como representante. foi a segunda candidatura com maior financiamento.

Tabela 4: Valor do voto dos candidatos do PT em Florianópolis

	Candidatos	Sexo	Votos	Financiamento	Valor do voto
1º	Carla Ayres	F	2.094	R\$ 83.227,99	R\$ 39,75
2º	<i>Mulheres pela educação</i>	F	1.913	R\$ 37.585,15	R\$ 19,65
3º	Batieri Coletivo Saúde	M	1.341	R\$ 51.347,48	R\$ 26,84
4º	Cadu	M	1.341	R\$ 41.668,47	R\$ 31,07
5º	Lu Freitas	F	937	R\$ 34.419,14	R\$ 36,73
6º	Cirene Cândido	F	175	R\$ 30.098,14	R\$ 171,99
7º	Várias vozes	M	582	R\$ 28.733,48	R\$ 49,37
8º	Elenira Oliveira Viela	F	1.033	R\$ 25.803,48	R\$ 24,98
9º	Gilberto	M	483	R\$ 23.404,48	R\$ 48,46
10º	Elisa Jorge	F	763	R\$ 19.195,84	R\$ 25,16
11º	Margarete Sandrini	M	474	R\$ 15.177,49	R\$ 32,02
12º	Wolney Chucre	F	38	R\$ 8.763,48	R\$ 230,62
13º	Rodolfo Silva	F	21	R\$ 8.118,15	R\$ 386,58
14º	Zoraia vargas	F	140	R\$ 7.640,14	R\$ 54,57
15º	Cleide Dias	F	17	R\$ 6.890,59	R\$ 405,33
16º	Betinho	M	183	R\$ 6.844,13	R\$ 37,40
17º	Tiãozinho Cantor do Povo	M	111	R\$ 6.604,00	R\$ 59,50
18º	Luiza Bittencourt	F	22	R\$ 6.063,48	R\$ 275,61

19°	Alexandre Bonifácio	M	75	R\$ 5.418,15	R\$ 72,24
20°	Everton Fonseca	M	15	R\$ 5.260,15	R\$ 350,68
21°	Nivaldo Real	M	5	R\$ 4.438,15	R\$ 887,63
22°	Cláudio Márcio	M	17	R\$ 4.001,48	R\$ 235,38

Fonte: Elaboração própria com dados do TSE (2022)

Em Porto Alegre, a vereadora Bruna Rodrigues-PCdoB, que foi a candidata mais votada pelo partido, como um todo, recebeu o maior financiamento, que foi traduzido no número de votos, contribuindo para o sucesso nas urnas. A candidatura coletiva *Cuca Congo-PCdoB* foi a terceira candidatura com maior valor de financiamento eleitoral, ficando atrás apenas das candidatas Bruna Rodrigues e Abigail Pereira-PCdoB. A próxima candidatura com mais recurso foi o Giovani - mandato coletivo, um mandato coletivo da juventude, que foi composto por 8 estudantes, ficando com a primeira suplência.

Tabela 5: Valor do voto dos candidatos do PCdoB em Porto Alegre

	Candidatas - PCdoB	Sexo	Votos	Financiamento	Valor do voto
1°	Bruna Rodrigues	F	5.366	R\$ 226.853,56	R\$ 42,28
2°	Daiana Santos	F	3.715	R\$ 76.022,50	R\$ 20,46
3°	Giovani e Movimento Coletivo	F	3.691	R\$ 127.288,00	R\$ 34,49
4°	Abigail Pereira	F	3.399	R\$ 157.595,30	R\$ 46,37
5°	<i>Cuca Congo</i>	F	3.028	R\$ 150.398,33	R\$ 49,67
6°	Erick Dênil	M	2.543	R\$ 48.952,00	R\$ 19,25
7°	Vitoria Cabreira	F	1.651	R\$ 77.619,00	R\$ 47,01
8°	Julio Ritta	M	1.621	R\$ 26.132,00	R\$ 16,12
9°	Espírito Santo	M	774	R\$ 81.782,00	R\$ 105,66
10°	Jean Andrade	M	749	R\$ 24.905,00	R\$ 33,25
11°	Ramiro Lopez	M	540	R\$ 89.252,00	R\$ 165,28
12°	Moreno Brasil	M	523	R\$ 32.629,00	R\$ 62,39
13°	Nelcir André	M	513	R\$ 17.772,25	R\$ 34,64
14°	Rô do T. seis	M	503	R\$ 17.881,00	R\$ 35,55
15°	Flavio Muller	M	475	R\$ 22.668,00	R\$ 47,72
16°	Candido Acosta	M	436	R\$ 23.491,00	R\$ 53,88
17°	Chimia Bitencourt	F	291	R\$ 26.504,40	R\$ 91,08
18°	Roberto Bancada Ativista	M	219	R\$ 15.779,00	R\$ 72,05
19°	Christian do meio ambiente	M	203	R\$ 15.816,00	R\$ 77,91
20°	Luciana dos Santos	F	200	R\$ 15.486,00	R\$ 77,43
21°	Cassielli Portal	F	186	R\$ 14.730,00	R\$ 79,19
22°	Helio Corbellini	M	184	R\$ 18.400,00	R\$ 100,00
23°	Giovana Pytton	F	134	R\$ 14.175,00	R\$ 105,78
24°	Marcus Vianna	M	128	R\$ 13.000,00	R\$ 101,56
25°	Rodrigo Hehns	M	113	R\$ 26.135,48	R\$ 231,29
26°	Paulo Henrique da Silva	M	111	R\$ 13.000,00	R\$ 117,12
27°	Ricardo Vieira	M	103	R\$ 15.286,00	R\$ 148,41
28°	Marco Antonio	F	96	R\$ 13.250,00	R\$ 138,02
29°	Maria Inês Rodrigues	F	83	R\$ 39.018,00	R\$ 470,10
30°	Helinho Grigolo	F	78	R\$ 13.000,00	R\$ 166,67
31°	Guilherme Moojen	M	77	R\$ 390,00	R\$ 5,06
32°	Zeka Medeiros	F	32	R\$ 13.175,00	R\$ 411,72
33°	Elisângela Riger	F	29	R\$ 0,00	R\$ 0,00
34°	Sueli	F	24	R\$ 175,00	R\$ 7,29

Fonte: Elaboração própria com dados do TSE (2022)

A vereadora eleita Daiana Santos-PCdoB, que ficou em segundo lugar no número de votos do partido, relatou durante a entrevista: “*fico pensando que não precisaria ser tão duro para nós, se tudo aquilo que é legalmente pautado como o caso das cotas viesse de forma adequada.*” Ela também relatou que o motivo para o baixo investimento da sua campanha, o que fez o valor de cada voto ser o mais baixo entre as mulheres candidatas, foi por não ser uma pessoa conhecida dentro do partido.

Tabela 6: Valor do voto dos candidatos do PSOL em Porto Alegre

	Candidatos	Sexo	Votos	Financiamento	Valor do voto
1º	Karen Santos	F	15.702	R\$ 229.158,36	R\$ 14,59
2º	Pedro Ruas	M	14.478	R\$ 203.021,19	R\$ 14,02
3º	Matheus Gomes	M	9.869	R\$ 117.409,27	R\$ 11,90
4º	Roberto Robaina	M	5.105	R\$ 307.160,35	R\$ 60,17
5º	Alex Fraga	M	3.530	R\$ 96.070,02	R\$ 27,22
6º	Fran Rodrigues	F	2.194	R\$ 126.958,61	R\$ 57,87
7º	Natasha Ferreira	F	2.011	R\$ 31.933,78	R\$ 15,88
8º	Nós, Mandato Coletivo	F	1.996	R\$ 119.036,92	R\$ 59,64
9º	Aline Kerber	F	1.634	R\$ 58.485,10	R\$ 35,79
10º	Lucia Helena da Luz	F	754	R\$ 11.083,32	R\$ 14,70
11º	Carlos Bitencourt	M	562	R\$ 7.407,12	R\$ 13,18
12º	Jaque da Tinga	F	511	R\$ 25.746,31	R\$ 50,38
13º	Mandato coletivo Tiago Santos	M	426	R\$ 38.434,47	R\$ 90,22
14º	Maxx Rodoviario	M	422	R\$ 3.749,96	R\$ 8,89
15º	Adriana Collares	F	351	R\$ 55.969,12	R\$ 159,46
16º	Rudi Caldeira	M	319	R\$ 7.371,96	R\$ 23,11
17º	Dano D'rua	M	301	R\$ 16.262,69	R\$ 54,03
18º	Valeria Muller	F	278	R\$ 7.209,19	R\$ 25,93
19º	Ana Paula Sander	F	271	R\$ 11.074,32	R\$ 40,86
20º	Hamilton Leita	M	270	R\$ 7.390,46	R\$ 27,37
21º	Eliane Carmanim Lima	F	261	R\$ 6.702,63	R\$ 25,68
22º	João Herminio	M	230	R\$ 52.184,49	R\$ 226,89
23º	Vilmar O Gari	M	158	R\$ 16.254,35	R\$ 102,88
24º	Rodrigo Dias	M	134	R\$ 7.397,96	R\$ 55,21
25º	Sônia do In Sônia Bar	F	124	R\$ 11.101,82	R\$ 89,53
26º	Pai Wilson de Oxalá	M	93	R\$ 21.131,91	R\$ 227,22
27º	Daniel Bender	M	80	R\$ 7.851,93	R\$ 98,15
28º	Nani do Tutti	F	74	R\$ 7.571,47	R\$ 102,32
29º	Silon Lavador	M	65	R\$ 16.262,69	R\$ 250,20
30º	Zeca do Araguaia	M	44	R\$ 7.371,46	R\$ 167,53

Fonte: Elaboração própria com dados do TSE (2022)

No PSOL, em Porto Alegre, a vereadora eleita Karen Santos-PSOL recebeu a segunda maior quantia de recursos financeiros de campanha, seguido do vereador eleito Roberto Robaina, os dois foram eleitos junto com os candidatos Matheus Gomes e Pedro Ruas. A candidatura coletiva *Nós, Mandato coletivo-PSOL* recebeu a quinta maior quantia de recursos em comparação às candidaturas individuais de mulheres do partido, o que demonstra uma valorização da candidatura coletiva pelo partido, que por ser composta por sete integrantes, apresentava uma maior capacidade de concentração de votos.

Se considerarmos que com exceção de duas co-candidatas pertencentes a estas candidaturas de mulheres, todas as demais co-candidatas não possuíam experiência

política de campanha, sendo a primeira candidatura de todas elas, as candidaturas coletivas de mulheres tiveram o bom desempenho. Mesmo a Coletiva Bem Viver - PSOL/SC, sendo a única eleita das candidaturas de mulheres, as demais ficaram entre a primeira e a quarta suplência, e a candidatura *Somos Juntas-PSOL/PR* ficou em primeiro lugar no número de votos do partido, que não atingiu o quociente eleitoral necessário.

Em Porto Alegre as candidaturas coletivas: *Cuca Congo-PCdoB/RS* e *Nós, Mandato Coletivo-PSOL/RS*, que ficaram na quarta suplência, assumiram como mandato coletivo durante um mês em um sistema de rodízio que os partidos têm realizado em Porto Alegre. Como também a *Mulheres pela Educação -PT/SC*, que ficou como primeira suplência, pretende atuar como mandato no sistema de rodízio realizado pelo PT em Florianópolis.

Tabela 7: Desempenho eleitoral das candidaturas coletivas de mulheres

Candidaturas Coletivas de Mulheres	Recursos financeiros	Votos	Valor de cada voto	Eleitas
<i>Mandata coletiva das pretas- PT/PR</i>	R\$ 40.500,99	3.582	R\$ 11,31	não (3º suplente)
<i>Somos juntas -PSOL/PR</i>	R\$ 96.658,47	3.035	R\$ 31,85	não (1º lugar do partido)
<i>Mulheres pela educação -PT/SC</i>	R\$ 37.585,15	1.913	R\$ 19,65	não (1ºsuplente)
<i>Coletiva Bem Viver- PSOL/SC</i>	R\$ 44.060,76	1.660	R\$ 26,54	Sim
<i>Cuca Congo- PCdoB/RS</i>	R\$ 150.398,33	3.028	R\$ 49,67	não (4º suplente)
<i>Nós, Mandato Coletivo- PSOL/RS</i>	R\$ 119.036,92	1.996	R\$ 59,64	Não (4º suplente)

Fonte: Elaboração própria com dados do TSE (2022)

Na tabela 7, temos o desempenho eleitoral das seis candidaturas coletivas de mulheres, considerando o financiamento eleitoral, os votos obtidos, com objetivo de compararmos o valor proporcional de cada voto. O maior financiamento eleitoral, dentre as seis candidaturas coletivas, foi da *Cuca Congo- PCdoB/RS*, que teve o segundo maior valor para cada voto, seguida da *Nós Mandato Coletivo-PSOL/RS*, que teve o maior valor para cada voto, ambas candidaturas de Porto Alegre. A candidatura com menor financiamento foi a *Mandata coletiva das pretas- PT/PR*, que também obteve o menor valor proporcional para cada voto.

Na maioria das candidatas analisadas, a proporção maior do financiamento eleitoral foi oriunda de doação do partido, que compreende o fundo eleitoral e partidário, representado no gráfico pela cor laranja. No PT de Curitiba, a doação de pessoas físicas teve uma importância significativa dentro da proporção do financiamento das candidatas do partido, como também as candidatas do PCdoB e do PSOL de Porto Alegre, que também receberam uma quantidade de doação de pessoas físicas, como nos casos das candidatas Abigail Pereira-PCdoB/RS e da vereadora eleita Karen Santos-PSOL/RS, que também foi a candidata que teve o maior valor do financiamento oriundo de recursos próprios.

Algumas das vereadoras eleitas e das candidaturas coletivas dentro do PT, PSOL e PCdoB foram beneficiadas pela cota de financiamento para mulheres, negros e a população LGBTQIA+. Conforme os relatos, durante as entrevistas realizadas

com as vereadoras eleitas, esse valor foi importante para o desempenho eleitoral, sobretudo vereadoras negras como a Carol Dartora-PT/PR e a Daiana Santos-PT/RS. Além disso, as candidaturas coletivas também se beneficiaram com esse financiamento eleitoral, visto que todas as candidaturas coletivas tinham dentro da composição mulheres não-brancas.

Grande parte das candidatas analisadas utilizaram o financiamento coletivo, porém em nenhum caso foi um valor significativo, dentro do total do financiamento de cada candidata. Nas entrevistas realizadas com as candidaturas coletivas de mulheres desses partidos, e com as candidatas eleitas, o financiamento coletivo, quando mencionado, foi um recurso utilizado no início da campanha para as despesas iniciais enquanto esperavam pelo repasse do financiamento oriundo do fundo eleitoral e partidário.

Sobre o capital familiar das seis candidaturas coletivas de mulheres analisadas, assim como as candidatas eleitas por esta modalidade, nas capitais da Região Sul, alegaram não ter algum parente eleito a algum cargo político ou em algum cargo no diretório partidário ou mesmo algum familiar que já havia sido candidato anteriormente. Portanto, o capital familiar não pode ser utilizado para mensurar o desempenho eleitoral das candidatas, pelo menos não na agregação de votos, por conta de alguma influência familiar.

Participação política

Como vimos, o capital social, compreendendo também, e em especial, o grau de envolvimento em associações, tem sido considerado um importante recurso nos processos eleitorais. Diante disso, e tendo em vista mapear o envolvimento das candidaturas femininas com o campo associativo, apresentamos, abaixo, dados sobre a participação em organizações políticas das candidatas analisadas, incluindo a atuação em sindicatos, movimentos sociais, entidade de pesquisa, fóruns e coletivos, ONGs e conselhos gestores, para assim verificarmos como o grau de associativismo das candidatas pode ter contribuído para o desempenho eleitoral.

Em Curitiba, houve duas vereadoras eleitas pelo PT, a vereadora Carol Dartora-PT e a Professora Josete-PT. A primeira, que foi a mais votada do partido, é militante do movimento negro e de mulheres, participando ativamente do Sindicato de professores e profissionais da educação e do Conselho da educação. Já a vereadora eleita professora Josete integrou a equipe que criou o Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba (Sismmac), tendo sido presidente do mesmo (Sismmac) e dirigente estadual da Central Única dos Trabalhadores (CUT).⁹

Durante a entrevista, a co-candidata Giorgia Prates, representante da *Mandata Coletiva das Pretas-PT*, informou que participa de muitos movimentos e ocupações devido ao seu trabalho de Fotojornalista, tendo atuado em diversos movimentos sociais, como o movimento estudantil, negro, feminista e LGBT, embora não se denomine como participante ou militante de um movimento social

⁹ <https://www.curitiba.pr.leg.br/vereadores/vereadores-18a-legislatura/professora-josete>. Acesso out 2021

em específico. A co-candidata Andreia Lima é conselheira externa da Ouvidoria da Defensoria Pública do PR.

Na candidatura Coletiva *Somos Juntas-PSOL*, formada por três mulheres, a professora Ângela informou participar de sindicato e do movimento da Rede de Cursos populares de pré-vestibular, juntamente com a co-candidata Leticia faria, e do Coletivo Feminista *Somos Juntas*, do qual a co-candidata Giovanna Silveira também participa, além do *Coletivo Juntos - da Juventude*.

Em Florianópolis, sobre a chapa da *Coletiva Bem Viver-PSOL*, Cintia Mendonça atua em suas lutas por meio do Fórum Intersectorial de Políticas Públicas de Florianópolis, nos Conselhos de Assistência Social e de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, conectando com as lutas do Campo e da floresta na construção das Comunidades Agroecológicas do Bem Viver, além de ter sido conselheira do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do estado de Santa Catarina. Jozileia Kaingang é atuante na construção da educação escolar transdisciplinar, pautando o afeto na inclusão de todos no ensino fundamental, médio e superior. Tem compromisso com a causa indígena, somando as lutas feministas, de combate ao racismo e pela democracia. Participa da rede global de Mulheres Indígenas. Lívia Guilardi atuava na construção econômica solidária, em projetos de desenvolvimento territorial e local, com atuação em coletivos de fomento em arte e cultura. Marina Caixeta, desde o início de sua jornada universitária é ativa no movimento estudantil, sempre engajada nas lutas feministas, antirracistas e anti-LGBT-fóbicas, e a co-vereadora. Mayne Goes atua em lutas antirracistas, feministas e de libertação animal. Nesse sentido, o capital social de uma candidatura coletiva tende a ser maior, principalmente se a candidatura for composta por um número maior de mulheres militantes e atuantes em diversas organizações políticas.

No que diz respeito às candidaturas individuais, Tânia Ramos-PSOL, que ficou como primeira suplente do partido, atuou na Gestão da Frente Popular, participou do Núcleo Gestor do Plano Diretor do Continente, e foi Secretária Executiva da Secretaria Regional do Continente. Participou de diversos movimentos em defesa da Saúde e da Educação, e contribui, ainda, com o movimento por moradias em locais de disputa social. Na comunidade do samba, contribuiu na abertura de espaços de participação e de discussão sobre a igualdade de gênero. Além de ter participado do Conselho Municipal de Habitação de Florianópolis e ter sido presidenta da Associação Cultural Creche A Casa do Povo, na comunidade da Coloninha, foi membra do Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis e diretora da União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (UFECO). Também fez parte do Fórum Catarinense contra as Privatizações e do Fórum Participação Catarinense de Mulheres na Política¹⁰.

Em Florianópolis, a vereadora eleita Carla Ayres-PT se dedica a luta política e aos movimentos sociais desde muito jovem. Ela foi uma das fundadoras da ONG

¹⁰Informações retirada da entrevista concedida a revista *Catarinianas*. Disponível: <https://catarinanas.info/representatividade-para-diminuir-a-desigualdade-entrevista-com-a-candidata-tania-ramos/>. Acesso out. 2021

Acontece e participou ativamente da criação do Conselho Municipal LGBT, além da luta em defesa dos direitos da comunidade LGBTQIA+ e no movimento feminista. As outras candidatas individuais também apresentam importante capital social, com destaque a Elenira, que participa em diferentes organizações políticas.

A candidatura coletiva *Mulheres pela Educação-PT*, por ser composta por quatro professoras de diferentes áreas de ensino, participa principalmente de Sindicatos. A co-candidata Joana Celia Passos milita também no movimento negro e coordenou a formulação de políticas de EJA para trabalhadores(as) rurais (CUT e MEC). A co-candidata Jô Capoeira foi Secretária do Fórum da Capoeira da Grande Florianópolis, e Rita Gonçalves presidiu o SINTE/SC e o PT/Florianópolis. Finalmente, Emirane Silva atualmente exerce mandato classista no Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (SINTRASEM).

No caso das candidaturas individuais pelo PCdoB de Porto Alegre, a vereadora mais votada, Bruna Rodrigues - PCdoB, tem uma trajetória política ligada à presidência da UAMPA (União das Associações de Moradores de PoA), espaço que trouxe uma vasta experiência e visão acerca da realidade das comunidades que vivem em ocupações e vilas da capital.¹¹ A outra vereadora eleita, Daiana Santos - PCdoB, atua como militante e ativista de luta na rua, iniciando muito jovem no movimento negro e LGBTQIA+, sendo a primeira vereadora LGBTQIA+ assumida eleita em Porto Alegre, além de ser idealizadora e coordenadora do Fundo das Mulheres POA, projeto social que atende mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade.¹² No caso da candidatura coletiva, as quatro professoras que formam a *Cuca Congo-PCdoB* participam do sindicato dos professores, menos a co-candidata Carmen Jecy, por ser uma professora aposentada.

A vereadora Karen Santos-PSOL, que foi a mais votada da cidade de Porto Alegre, relatou, durante a entrevista, que como professora de Educação Física sua trajetória política começou no diretório acadêmico de educação física e no movimento estudantil. Depois ajudou na construção de um coletivo de movimentos estudantis em 2012. Segundo ela, após as manifestações de julho de 2013, houve a necessidade de fundar uma organização política para além do movimento estudantil ou sindical. Nesse contexto, foi criado o *Alicerce*¹³, com o objetivo de realizar o trabalho de base, que não estava sendo realizado pelos movimentos estudantil ou sindical, nos quais os militantes se organizavam.

As demais candidatas individuais do PSOL/RS que receberam uma votação expressiva pelo partido participavam de alguma organização política. A candidatura coletiva *Nós, Mandato Coletivo-PSOL*, formada por servidoras públicas, professoras e estudantes, são vinculadas principalmente ao sindicato dos professores e servidores públicos, como no caso da candidatura coletiva *Cuca Congo-PCdoB*.

¹¹ Informações retiradas no site da câmara Municipal de Porto Alegre <https://www.camarapoa.rs.gov.br/vereadores/bruna-rodrigues>. Acesso out.2021

¹² Informações retiradas no site da câmara Municipal de Porto Alegre: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/vereadores/daiana-santos>. Acesso out.2021

¹³ “O Alicerce é um coletivo político que nasceu no calor das Jornadas de Junho de 2013. Como milhões de brasileiras e brasileiros, com objetivo de sair às ruas para batalhar por *ossos direitos e denunciar o sufoco que é trabalhar e viver no Brasil dos ricos, corruptos e poderosos.*” <https://karenalicerce.com.br/alicerce/> . Acesso set.2021

Considerações finais

As candidaturas coletivas tentam reduzir o caráter personalista e individualista da campanha política, que costuma prejudicar as minorias políticas. No entanto, nas candidaturas coletivas de mulheres existe uma ênfase maior sobre a importância da presença das mulheres no legislativo, juntamente com um projeto político feminista que defenda a igualdade de gênero, considerando a enorme discrepância entre homens e mulheres nas casas legislativas do Brasil. Com exceção do Giovanni e Movimento Coletivo-PCdoB/RS, formado por oito integrantes durante a campanha, sendo a maior composição em número de integrantes entre as candidaturas coletivas das capitais da Região Sul, foram as candidaturas coletivas de mulheres as que tiveram o melhor desempenho eleitoral.

Nas candidaturas coletivas de mulheres as tendências/correntes internas dos partidos, nos casos das candidaturas coletivas do PSOL e do PT, foram responsáveis em oferecer o suporte e o apoio necessário para o enfrentamento dos desafios da campanha, auxiliando também na construção e consolidação do projeto político. A participação em outras redes movimentalistas também parece central, com destaque para a educação como principal tema do projeto político das candidaturas coletivas de mulheres. A candidatura coletiva Mandata Coletiva das Preta-PT/PR, teve uma influência direta no símbolo de luta, representado por Marielle Franco, que tem incentivado as candidaturas de muitas mulheres negras em todo Brasil.

Nos relatos das co-candidatas concedidos durante as entrevistas, percebe-se que na campanha eleitoral houve um fortalecimento e apoio mútuo entre as integrantes das candidaturas coletivas de mulheres, que relataram não ter coragem (por falta de confiança e segurança) de se candidatarem sozinhas, por meio de uma candidatura individual, por conta do ambiente, muitas vezes hostil e machista, desses espaços. Assim, as co-candidatas informaram se sentirem mais seguras disputando a campanha eleitoral por meio de um coletivo de mulheres. Deste modo, este novo modelo de candidatura representa, para as co-candidatas no geral, uma renovação do modelo individual e personalista do sistema eleitoral, e que acaba prejudicando as candidatas mulheres.

Além disso, durante a campanha eleitoral, as candidaturas coletivas de mulheres promoveram assembleias e encontros virtuais com o objetivo de discutir as propostas e o projeto político da candidatura com a população, na tentativa de construir uma campanha mais inclusiva e participativa. Sendo assim, as candidaturas coletivas de mulheres são compostas por integrantes que atuam em diferentes lutas sociais e políticas, unidas por um projeto político, muitas vezes, consolidado por organizações políticas, que atuam dentro e fora dos partidos, fortalecendo as co-candidatas com a união de seus capitais políticos.

As candidaturas coletivas de mulheres obtiveram um financiamento considerável e uma boa votação, para a primeira candidatura coletiva, tendo um melhor desempenho do que muitas candidatas individuais com mais experiência política dentro de seus partidos, não utilizando de capitais familiares como alguma das vereadoras eleitas por outros partidos que tiveram um maior financiamento eleitoral, por justamente possuírem uma maior capital econômico. Portanto, a

resposta para campanhas de sucesso, sobretudo iniciais, pode estar ligada à combinação entre valorização partidária, recursos, perfil socioeconômico, trajetória política e inserção em redes e movimentos sociais

Tanto no caso das candidatas individuais, quanto das candidaturas coletivas, a maioria das candidatas são solteiras ou divorciadas, o que confirma um predomínio de mulheres solteiras para cargos do legislativo, o que pode ser explicado pela divisão desigual do trabalho doméstico, que impede muitas mulheres casadas e mães de participarem da política institucional. Grande parte das candidatas individuais e coletivas possui ensino superior completo, bem como todas as candidatas eleitas.

Houve candidatas que foram valorizadas pelo partido, mesmo sem experiência política, mas que já haviam sido candidatas anteriormente e tiveram um bom número de votos para a primeira eleição. Além disso, nenhuma das integrantes das candidaturas coletivas ou das individuais eleitas pelo PT, PSOL e PCdoB tinha capital familiar que contribuísse com para o aumento do capital político destas candidaturas, como casos de outras vereadoras eleitas em Curitiba e Porto Alegre.

Portanto, as candidaturas coletivas de mulheres podem ser vistas como uma tentativa de ocupação dos espaços de poder, aumentando a representação das mulheres na política institucional, fortalecendo as candidaturas coletivas por meio da união das co-candidatas que vem de diferentes lugares, movimentos e coletivos. Tornando assim, as candidaturas coletivas mais competitivas, ao reduzir as barreiras de entrada das mulheres de diferentes identidades e segmentos sociais ao poder legislativo.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, D; LÜCHMANN, L. (2021). Movimentos sociais e representação eleitoral: o fenômeno das candidaturas e dos mandatos coletivos. Trabalho apresentado no 45º encontro anual da ANPOCS em outubro.
- ALMEIDA, C; LUCHMANN, L; RIBEIRO, E. (2012). Associativismo e representação política feminina no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº8. Brasília, maio - agosto, pp. 237-263.
- ALVARES, M. (2008). Mulheres Brasileiras em Tempo de Competição Eleitoral: Seleção de Candidaturas e Degraus de Acesso aos Cargos Parlamentares. Dados - *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº4, pp. 895-939.
- BOURDIEU, P. (1998). O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, M.A.; CATANI, A. *Escritos de Educação*. Pierre Bourdieu. Rio de Janeiro: Vozes. p. 65-69.
- BOURDIEU, P. (2011). O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 5. Brasília, janeiro-julho, pp. 193-216.
- BOURDIEU, P. (1990). O espaço político e o poder simbólico. In: Idem. *Coisas ditas*. SP: Brasiliense.

- BOURDIEU, P. (1989). *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil.
- CAMPOS, L.; MACHADO, C. (2020). *Raça e eleições no Brasil*. Porto Alegre. Editora Zouk.
- INESC (2020). *Análise das candidaturas coletivas nas eleições de 2020*. . Brasília: [s.n.].
- MIGUEL; L. F. (2003). Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. *Revista Sociologia Política*. n.20, pp.115-134.
- MIGUEL; L. F. QUEIROZ; C. M (2006). Diferenças regionais e o êxito relativo das mulheres em eleições municipais no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n. 2, pp. 363-385.
- MIGUEL; L F. MARQUES, D. MACHADO, C (2015). Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados. *Dados*, v. 58. n. 3, pp. 721-747.
- RAPS (2019). Rede de Ação Política pela Sustentabilidade. Mandatos coletivos e compartilhados: desafios e possibilidades para a representação legislativa no Século XXI. São Paulo: RAPS/ Arapyáú/ Udesc.
- SACCHET; T. (2009). Capital social, gênero e representação política no Brasil. *Opinião pública*, Campinas, vol. 15, nº 2, novembro, p.306-332
- SECCHI; L. CAVALHEIRO R.A et al. (2019). *Mandatos coletivos e compartilhados: inovação na representação legislativa no Brasil e no mundo*. Instituto de Políticas Públicas.
- SECCHI, L; LEAL, L; REZENDE, D; CAVALHEIRO, R.A., LÜCHMANN, L (2021). *As candidaturas coletivas nas eleições municipais de 2020: análise descritiva e propostas para uma agenda de pesquisa sobre mandatos coletivos no Brasil*. Zenodo, 9 jan. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.5281/zenodo.4423739>>. Acesso em: abr.
- SCHEEFFER, F (2018). Esquerda e direita hoje: uma análise das votações na Câmara dos Deputados. Curitiba: *Appris*.
- SILVA; Willian. Mandatos coletivos e compartilhados: experimentações de inovações democráticas no poder legislativo do Brasil. 2019. Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas da Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.



Recebido em agosto de 2023

Aceito para publicação em novembro de 2023